



AFLUENTE: REVISTA DE  
LETRAS E LINGÜÍSTICA  
ISSN 2525-3441

REVISTA AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGÜÍSTICA

V.8, N.24, P. 01-14

DOI: 10.18764/2525-3441V8N24.2023.49

## REFLEXÕES SOBRE O PAPEL SOCIAL DO AUTOR INDÍGENA, SEU CORPO E SUA COMUNIDADE

*REFLECTIONS ON THE SOCIAL ROLE OF THE INDIGENOUS AUTHOR, HIS  
BODY AND HIS COMMUNITY*

Jessica Rabelo Reis

<https://orcid.org/0009-0006-6599-5100>

**Resumo:** o presente artigo reflete sobre a questão da autoria, analisando a maneira como a vida do autor pode ou não repercutir na análise literária e o papel histórico-social do autor nos contextos da autobiografia de tradição ocidental e da literatura indígena. Essas questões serão discutidas dentro de um pequeno recorte: a partir das ideias de Barthes, Foucault e Bourdieu pensamos a “morte do autor” e passamos então a delimitar a relevância do corpo e da comunidade do autor no que diz respeito à literatura indígena. Para tanto, fundamentamos nossas análises no conceito de “escrevivência” de Conceição Evaristo, recorrendo também a Ailton Krenak, Kaká Werá, Graça Graúna e outros autores indígenas, ouvindo suas vozes e apreendendo seus conceitos.

**Palavras-chave:** Literatura indígena; Ancestralidade; Resistência; Identidade indígena.

**Abstract:** This article reflects on the question of authorship, analyzing how the author's life may or may not impact literary analysis and the historical-social role of the author in the contexts of Western autobiographical tradition and indigenous literature. These issues will be discussed within a narrow scope: drawing from the ideas of Barthes, Foucault, and Bourdieu, we consider the "death of the author" and proceed to delineate the relevance of the author's body and community in relation to indigenous literature. To do so, we ground our analyses in the concept of "escrevivência" (writing-living) by Conceição Evaristo, also drawing on the works of Ailton Krenak, Kaká Werá, Graça Graúna, and other indigenous authors, listening to their voices and understanding their concepts.

**Keywords:** Indigenous literature; Ancestry; Resistance; Indigenous identity.

## INTRODUÇÃO



As dinâmicas do contexto social em que uma obra de arte é produzida influenciam tanto o trabalho do autor, que imprime em seu texto as pressões às quais é submetido, quanto o do crítico, que parte de princípios da época para interpretar uma obra. Assim, pode-se afirmar que as dinâmicas históricas e os *zeitgeists* de cada época impactam os textos e a forma como são lidos. Desse modo, para que a análise literária seja mais completa, é essencial conhecer o terreno onde a obra foi produzida. Nesta necessidade é que se justifica o presente trabalho, em que se busca refletir sobre a influência do contexto social de produção e interpretação na autoria de tradição ocidental e da literatura indígena. Assim, antes de tudo, podemos estabelecer um fundamento da literatura indígena, que pode ser mais ou menos reconhecido em todas as obras: a ideia de conexão entre história individual e destino coletivo. A coletividade, nesse caso, constitui-se da ausência da fronteira entre um e outro, entre pessoa e natureza, corpo e mente etc. Dessa forma, o “eu” do texto de autoria indígena está carregado do “nós” que ultrapassa a comunidade humana e abarca toda a vida. Esta ideia é tão central à compreensão do texto de autoria indígena que Julie Dorrico e Leno Danner a defendem como uma chave de leitura para o pensamento dos povos originários:

queremos salientar a especificidade da literatura indígena contemporânea a partir da fundamental chave de leitura que é a correlação entre história pessoal e destino coletivo - em nossa percepção, aqui está o núcleo epistemológico, estético, político, antropológico e ontológico da literatura indígena, e sua grande contribuição para o enquadramento, para a crítica e para o repensar das próprias ciências humanas e sociais. (DORRICO; DANNER. 2018)

Considerando esse eixo da literatura indígena, nesse trabalho vamos analisar como o coletivo se manifesta nas autobiografias indígenas. Antes de tudo, porém, discutiremos o “eu” do autor na tradição ocidental para fins de contraste.

## AUTORIA DE TRADIÇÃO OCIDENTAL

Barthes (2004, p.58) assegura que nas “sociedades etnográficas” há pessoas que possuem a função de guardar conhecimentos ancestrais e compartilhá-los

com a comunidade, isto é, alguns mediam o conhecimento, como um sacerdote. Isso em tudo difere da figura do autor



ocidental: aquele que cria uma obra, e não apenas “media” a relação entre texto e receptor. Este que inaugura uma ideia, carrega em si alguma exclusividade de pensamento, algo único que o destaca, reforçando a noção da relevância da individualidade na mentalidade ocidental. Assim, no Capitalismo, esse momento histórico em que a figura individual é valorizada,

há certa proeminência da figura do autor e da noção de “genialidade”, e isto se relaciona à importância dada à biografia do autor no processo de análise literária de uma obra. Barthes diz: “É pois lógico que, em matéria de literatura, tenha sido o positivismo, resumo e desfecho da ideologia capitalista, a conceder a maior importância à ‘pessoa’ do autor. (BARTHES, 2004, p.58)

3 Nesse contexto, a figura do autor torna-se o enfoque fundamental da análise literária. A busca pela compreensão da vida, personalidade, questões internas e história do autor passa a ser fundamental para o entendimento de sua obra. Assim, texto e biografia estão intimamente relacionados nesse momento histórico e literário. A obra é tomada como sintoma da vida subjetiva do autor, isto é, como manifestação de suas experiências pessoais, sua trajetória. Sob esta ótica, o crítico observa a biografia para refazer passos do autor, procurando a trilha dos seus sentimentos, raciocínios, intenções e, a partir deles, analisa o texto. Assim, diante da obra, estaríamos também diante do homem:

a imagem da literatura que podemos encontrar na cultura corrente é tiranicamente centrada no autor, na sua pessoa, na sua história, nos seus gostos, nas suas paixões; a crítica consiste ainda, a maior parte das vezes, em dizer que a obra de Baudelaire é o fracasso do homem Baudelaire, que a de Van Gogh é a sua loucura, a de Tchaikovsky o seu vício: a explicação da obra é sempre procurada do lado de quem a produziu (BARTHES, 2004, p.58)

Segundo esses princípios, o trabalho de interpretação do leitor estaria circunscrito às correlações obra-biografia. Por isso, nessa linha interpretativa, existiria um “significado último” da obra, correto, a ser perseguido pelo leitor. Para tanto, a biografia deveria ser uma narrativa coesa, um chão firme onde calcar a interpretação literária. Mas se deve refletir, a vida é coesa? É possível sistematizá-la em sua complexidade como uma sucessão de acontecimentos? Frente à impossibilidade de pensar a vida sem contradições, paradoxos, mistérios, Bourdieu nos aponta outra limitação deste método: “tratar a vida como uma história, ou seja, como uma narrativa coerente de uma

sequência significativa de acontecimentos concatenados, talvez implique sacrificar-se a uma ilusão retórica” (BOURDIEU, 2006, p.185)

Segundo o autor, portanto, a vida como experiência é inabarcável e transformá-la numa narrativa coesa cria uma nova história, reduzida, já distante da realidade. Essa tentativa produz a ilusão de uma vida sem paradoxos, sem fluidez – atributos inerentes à experiência vital – partindo da falácia de que a vida não carregaria contradições e de que seria possível narrá-la de maneira objetiva, apenas como uma sucessão de eventos. Diante dessas limitações, uma biografia escrita não passa de um discurso, uma percepção da vida real:

Assim se explica por que o nome próprio não pode descrever propriedades e por que não transmite informação alguma sobre aquele que nomeia (...) Em outras palavras, ele só pode atestar a identidade da personalidade como uma individualidade socialmente constituída à custa de uma formidável abstração. (BOURDIEU, 2006, p. 187)

A abstração mencionada por Bourdieu, sendo uma construção social, comunica algo ao próximo e ocupa um lugar na sociedade – pois carregar um signo social significa ser passível de ser contextualizado e reconhecido numa narrativa social. Assim, é primordial sopesar que a criação de uma autobiografia concreta, com uma conclusão, uma moral, também está ligada à justificação ou defesa de determinadas ideologias e discursos. A atenção dedicada pelo Estado e pela sociedade politicamente engajada às discussões a respeito dos nomes de monumentos e vias públicas revela a importância social da criação de mitos, personagens históricos e narrativas nacionais. Por tudo isso, ultrapassando a análise de uma história pessoal e estendendo esse raciocínio à “biografia” de uma nação, podemos refletir como a literatura carrega consigo discursos ideológicos ligados à ficção de um nome próprio - à maneira como uma vida, história ou ideologia é contada.

Dessa forma, é lógico pensar que as interpretações que se afastariam da biografia estariam equivocadas, isto é, haveria respostas certas ou erradas às indagações que constituem uma análise artística. Quer dizer, a lua brilhante amarela no canto superior direito de uma montanha azul pode ser decifrada como o sentimento de isolamento ou esperança de um homem com transtornos mentais, que vê a noite da prisão de um manicômio numa comuna francesa em 1889<sup>1</sup>. Apesar de as correspondências,





neste exemplo, serem inegáveis, o método pode limitar o alcance da obra. Quer dizer, para além da experiência individual do autor, pode haver algo de reconhecível e familiar na solidão do isolamento para um leitor, mesmo que muito longe em tempo e espaço, mas que pode ser elaborado a partir do arcabouço pessoal deste que vê a obra. No intuito de libertar a obra da biografia do autor, Barthes afirma: “uma vez o autor afastado, a pretensão de ‘decifrar’ um texto torna-se totalmente inútil. Dar um Autor a um texto é impor a esse texto um mecanismo de segurança, é dotá-lo de um significado último, é fechar a escrita.” (BARTHES, 2004, p.63).

## A MORTE DO AUTOR

5

Fugindo das limitações da centralidade da biografia do autor, com o intuito de abrir possibilidades no texto, teóricos refletem sobre alternativas interpretativas que permitam ao leitor ir além da correspondência entre biografia e obra e alcançar sentidos impensados pelo escritor. Foucault examina a descentralização da pessoa do autor na interpretação da obra:

A escrita está atualmente ligada ao sacrifício, ao próprio sacrifício da vida; (...) A obra que tinha o dever de trazer a imortalidade recebeu agora o direito de matar, de ser assassina do seu autor. Vejam Flaubert, Proust, Kafka. Mas há outra coisa: essa relação da escrita com a morte também se manifesta no desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve. (FOUCAULT, 2001, p.271)

Nesse contexto, considera-se que a obra, ao ser engendrada, não está mais imbuída de traços pessoais do autor, sendo um texto autônomo. Assim, não apenas se deixa de recorrer à biografia do autor na busca de elucidar o sentido correto de uma obra, mas a própria postura do leitor é transformada: este se coloca como agente ativo, assim, faz reflexões próprias sobre o texto, a partir de seu arcabouço pessoal. Diante disso, Barthes afirma: "o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor." (BARTHES, 2004, p.66).

É certo que “a morte do autor” constituiu um ponto de reorientação da literatura e alargou as possibilidades interpretativas, inaugurando outra proposta de leitura e encorpando a análise literária. Na pós-modernidade, foi dado ainda outro passo na relação autor e obra, graças aos

movimentos sociais, que favoreceram a multiplicidade de autores e a ampliação do alcance dos discursos. Isto é, as realidades dos grupos sociais que se manifestavam ali, estão agora também presentes na literatura. Conceição Evaristo engrandece a discussão ao cunhar o conceito de "Escrevivência", que versa sobre a relação intrínseca entre o corpo do autor e seu texto. Luiz Henrique Silva de Oliveira, em artigo que analisa essa ideia a partir do livro *Becos da Memória*, explica:



A obra se constrói, então, a partir de 'rastros' fornecidos por aqueles três elementos formadores da escrevivência: corpo, condição e experiência. O primeiro elemento reporta à dimensão subjetiva do existir negro, arquivado na pele e na luta constante por afirmação e reversão de estereótipos. A representação do corpo funciona como ato sintomático de resistência e arquivo de impressões que a vida confere. O segundo elemento, a condição, aponta para um processo enunciativo fraterno e compreensivo com as várias personagens que povoam a obra. A experiência, por sua vez, funciona tanto como recurso estético quanto de construção retórica, a fim de atribuir credibilidade e poder de persuasão à narrativa. No livro em questão, a voz enunciativa, num tom de oralidade e reminiscência, desfia situações, senão verdadeiras, verossimilhantes (OLIVEIRA, 2019, p.88).

6

## **ESCREVIVÊNCIA – O CORPO (E A COMUNIDADE) DO AUTOR ESTÁ NO TEXTO**

O conceito de *escrevivência* é essencial para a compreensão de que o texto está imbuído das experiências de vida do autor. Este não está morto, pois seu corpo dá as cores do texto e ambos são indissociáveis: a existência do autor confere sentido à obra. Conceição Evaristo, referenciando sua realidade por meio do corpo – como mulher negra – aponta para um grupo social, uma experiência de vida. Da mesma maneira, ao falarmos do corpo do autor indígena, também referimo-nos ao grupo em que aquele está inserido. Nesse sentido, o autor, por meio de sua perspectiva pessoal, conta experiências do seu povo, tecendo uma narrativa coletiva. Mas o sentido da coletividade vai além do pertencimento ao grupo e alcança sua história, cultura, valores, antepassados, deuses. Recorre-se a estes conhecimentos passados em busca de orientações para o presente e futuro, pois ali estão os valores da vida e os modos de viver – e a isto podemos chamar de ancestralidade. No ensaio “Carama suí ìe'emonguetás ìe'engaras: Carubas Moemas ìe'engas.



(Re)Existências Indigenamente Decoloniais”, Casé Angatu nos aproxima dessas ideias:

Somos antes de tudo pessoas pertencentes aos Povos Originários e caminhamos com nossa ancestralidade e compromisso com nosso Povo. As presentes palavras partem de nossos saberes ancestrais e das forças encantadas da natureza presentes na luta pelos Direitos do Povos Originários, especialmente o Direito ao Território, Alteridade e Autonomia. Por isto redigimos este texto no plural porque nossas expressões são frutos das vivências, memórias, encantamentos e pensamentos coletivos experimentados ao longo de nossos percursos indígenas. (ANGATU, 2020, p. 62)

7 Nesse trecho fica destacado que o presente dos povos indígenas finca base nas forças da floresta e da cultura. Isto é, o presente é tocado por valores ancestrais, por isso os mecanismos modernos, como o audiovisual, tecnologias de comunicação, a música e a literatura, são incorporados de maneira legítima à cultura indígena. Quer dizer, quando o autor indígena fala de si próprio, a ancestralidade se manifesta no papel. No livro *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*, Graça Graúna, no poema “Escrevivência”, sintetiza a relação entre ancestralidade e escrita, demonstrando como a escrita é um caminho de ida e vinda em que se busca o passado para dar conta do presente e do futuro:

Ao escrever,

dou conta da ancestralidade,

do caminho de volta,

do meu lugar no mundo.

(GRAÚNA, 2020, p.19)

É notável, diante disso, que a ancestralidade está presente na literatura indígena e concretiza fusões entre autor e comunidade; obra e povo; política e arte. Dessa forma, a literatura é um caminho para a revelação de ideias promovidas em diferentes épocas e espaços, quando lida como registro de um grupo identitário. Para Grada Kilomba, é do lugar definido, pessoal – que se opõe ao “universal” – que podem sair narrativas verdadeiras. A autora define a “universalidade” como um lugar de dominação, não de encontro ou acessível a todos, neutro, como a palavra “universal” sugere (KILOMBA, 2019, p.57-58). O discurso dito universal – que é o dominante,



ocidental, moderno – impõe aos povos originários definições estáticas, estereotipadas, que servem à manutenção da dominação. São imagens coloniais, ligadas a uma vivência passada, que exclui os povos originários da sociedade atual e os confinam ao museu, ao registro etnográfico, às imagens tecidas por outrem. Nessa perspectiva dominante – contrariando o discurso dos autores indígenas e a própria noção de ancestralidade – qualquer adaptação à vida moderna imposta aos indígenas caracterizaria uma corrupção da identidade “verdadeira”. Aprender a língua alfabética, por exemplo, seria afastar-se da cultura original e, portanto, da própria identificação como indígena. Assim, parece vetado a eles a adaptação – atributo básico da (sobre)vivência de todos os seres vivos – sob pena de perder sua identidade. Rinaldo Sérgio Vieira Arruda em *Imagens do Índio: Signos da Intolerância*, afirma:

Na postura ideológico predominante, os índios não contam para o nosso futuro, já que são considerados uma excrescência arcaica, ainda que teimosa, de uma 'pré-brasilidade'. [...] Objetos da observação científica e despidos de sua qualidade de sujeitos históricos, esses povos, 'imutáveis' por definição, estariam destinados a perder sua cultura própria assimilando-se à onda civilizatória ocidental por meio do processo de aculturação. (ARRUDA, 2001, p.43)

8

O desenvolvimento de uma escrita autônoma – em que o autor indígena tenha domínio da própria narrativa – combate o contexto de fixação de estereótipos da sociedade ocidental. Neste momento, o indígena é sujeito criativo, não objeto analisável. Ao contar a sua própria história, de forma autônoma, os autores agem contra a invisibilização – um efeito colateral do universalismo ideológico. Dessa forma, a literatura indígena estabelece seu viés político, como modalidade de resistência contra a estrutura colonialista, por necessidade pessoal e coletiva daqueles que têm sua participação social tomada como marginal. Essa dinâmica confere à escrita das narrativas de grupos não-dominantes o caráter de estratégia de sobrevivência. Em suma, a literatura indígena não surge apenas da vontade de escrever dos seus autores, ela também é articulada ao movimento social indígena e tem um objetivo a alcançar. Dorrico afirma:

a literatura indígena é uma condição de possibilidade para a autonomia dos povos e sujeitos indígenas: por meio dela reivindica-se a existência, permanência, nos territórios tradicionais; evidencia-se a riqueza das culturas e a diversidade de línguas indígenas no país; e, fundamentalmente, que estas sociodiversidades querem de modo urgente dialogar com a sociedade nacional, a fim de que esta enfim



as reconheça em sua autonomia política e cultural. (DORRICO, 2020, p.251)

## **NARRAR COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA**

Muitas forças guiam os povos originários ao letramento, à escrita, à leitura, à literatura, às livrarias... O estudo formal se relaciona diretamente com a aquisição de cidadania, isto é, com a conquista de existência social por meio de documentos. Este registro oficial não protegia ou respeitava a cultura originária, modificando nomes e atribuindo aos indígenas uma identidade precária com a finalidade de torná-los cidadãos, sem observar as suas especificidades. Kaká Werá, que cresceu na aldeia Morro da Saudade na periferia de São Paulo, relata sua entrada na escola, ainda criança:

Ao chegarmos e habitarmos entre os guaranis em São Paulo, a cidade acabou pedindo o nome do pai e dos guaranis em troca da sobrevivência. Disseram que sem nome e número civilizado não se existia, então o que éramos? Éramos apenas, não existíamos. Ficamos muito tempo sem existir até faltar água e recursos da mata e precisarmos trocar com os civilizados meios para sobreviver. Uma das coisas trocadas foram os nomes (JECUPÉ, 2002, p.26)

9

A aquisição de características do mundo branco desencadeada por essa inclusão compulsória é uma das circunstâncias que transformam a identidade indígena. O choque cultural gera surpresas, no entanto, para além desse aspecto, o autor também foi pessoalmente afetado pelas letras, demonstrando um anseio existencial que aponta para um talento, um destino e um fascínio pela preservação da memória por meio da escrita:

Um dia, sem mais nem porquê, uma senhora convencera meu pai a matricular-me na escola que se instalara morro abaixo, de nome Professor Manuel Borba Gato. Não quis. O pai me disse que era uma maneira de nos defendermos. Perguntei o que era escola. Me respondeu que era um lugar onde se riscava com traços o que se falava, e que qualquer um podia dizer exatamente o que se havia falado olhando para aqueles traços, mesmo que passassem sóis e luas. Aquilo me deixou encantado (JECUPÉ, 2002, p.31)

Mais à frente, vemos o desejo/necessidade de narrar a respeito de si mesmo e dos seus, bem como de lutar pela manutenção de sua existência, tantas vezes vilipendiada. Inclusive, como literatura escrita destinada a um

mercado literário, este movimento nasce como estratégia política de resistência:

seguindo Kaká Werá, importante escritor indígena contemporâneo, podemos definir a literatura indígena como instrumento político que, aliado ao movimento indígena brasileiro, se constitui e se vincula pública, política e culturalmente como crítica da cultura, descatequização da mente e reorientação do olhar, a partir do próprio protagonismo indígena (DORRICO et al., 2018, p.13)



A identidade indígena é, desde a invasão do continente pelos europeus, atingida pelos valores ocidentais, suas instituições, ideologias, leis e sistemas econômicos. Estas estruturas formam a complexa trama que institui o colonialismo. Para resistir a essas forças, trabalham diferentes frentes de resistência dos grupos marginalizados. Kilomba, nesse sentido, afirma:

Considerando-se que o conhecimento é colonizado, defende Irmingard Staeuble, e que o colonialismo 'não só significava impor a autoridade ocidental nas terras indígenas, nos modos indígenas de produção e no direito e governo indígenas, mas impor essa mesma autoridade em todas as dimensões dos saberes, línguas e culturas indígenas', descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento é uma tarefa não só enorme, mas urgente. (KILOMBA, 2019, p.53)

10

É nesse contexto de choques que o livro de autoria indígena é engendrado. Nele – seja uma autobiografia ou um compilado de narrativas cosmogônicas –, a cultura indígena está presente. Assim, a literatura indígena manifesta-se como uma das diversas frentes organizadas para a manutenção da autonomia e da ampliação do alcance das vozes indígenas. Dorrico nos aponta:

Podemos definir a literatura indígena como instrumento político aliado ao movimento indígena brasileiro e que se constitui e se vincula pública, política e culturalmente como crítica da cultura, descatequização da mente e reorientação do olhar, a partir do próprio protagonismo indígena. (DORRICO et al., 2018, p.13).

A literatura indígena constitui, portanto, uma estratégia para reafirmar socialmente a realidade indígena. Sobre o caráter político da literatura indígena, Julie Dorrico, no *Literatura Indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*, livro que inclusive tem distribuição gratuita para que se alargue o alcance dessa mensagem, diz o seguinte: “A literatura indígena não é um fim em

si mesmo, senão um meio para uma práxis político-pedagógica de resistência, de luta e de formação em que as



diferenças assumem protagonismo central e escrevem outras histórias do Brasil” (DORRICO et al., 2018, p.12).

Portanto, no alargamento da própria identidade, na valorização da sua complexidade real, reside uma grande parte do aspecto político dessa literatura. Para além da batalha contra o esquecimento, a aculturação e os estereótipos coloniais, vê-se em muitos textos a vontade de contribuir para a construção de um mundo melhor, onde a causa indígena encontra a luta anticapitalista e a ecologia. Considera-se o mundo e as pessoas adoecidos pelo modo de viver. O escritor Yguarê Yamã, em sua apresentação pessoal no poderoso *Urutópiag – a religião dos pajés e dos espíritos da selva* (2004), fala sobre a sua infância:

quando criança sempre tive vontade de "pacificar os brancos", mostrando o verdadeiro lado indígena, a verdadeira cultura dos nossos antepassados, não a história que pessoas de má índole tentavam mostrar para a sociedade. Só assim, acreditava eu, eu mudaria a visão que o branco tem do índio. Então decidi ser escritor. foi assim que decidi vir para são paulo estudar geografia, ser professor e lutar ao meu modo para uma sociedade mais justa com meus patrícios (YAMÃ, 2004, p.92)

11

E Kaka Werá:

Assim, fui compreendendo que há algo da terra, do ar, da água e do fogo do Conhecimento da tribo de onde vim que precisa ser partilhado. Para ensolarar turvas sombras, perigosas, de jaguares, capazes inclusive de fazer com que, por ignorância, destruam a grande Mãe. Então eu vim para mostrar a nudez do meu povo. A claridade do coração. Eu vim para nos despirmos. Para descobrirmos os brasis. Para descobrirmos os brasileiros. Para conversarmos juntos ao pé do fogo. Infelizmente em tom de emergência, de apelo. É esse o sentido de contar o que tenho para contar. Os seres da natureza e a Grande Mãe temem e sopram aos nossos olhos e ouvidos uma urgência. A tradição milenar que compôs meu espírito tem mantido a minha sobrevivência e a de meu povo. Agora, porém, não é a de minha vida nem a de meu povo que está em jogo. É a de todos a das culturas e nações sementeadas pela extensão do carinho e da enorme bondade dessa Mãe a que chamam Terra. Por isso eu passo a ser também a voz que partilha um aprendizado. Para nos superarmos, para sobrevivermos, para reinventarmos a vida. Ofereço a sabedoria milenar da tribo, embora ela não esteja toda aqui, como troca do conhecimento que de vós recebi. (JECUPÉ, 2002, p.16-17)

O aspecto político da literatura indígena nasce da necessidade de falar sobre a realidade indígena, principalmente por duas razões: a) proteger a vida e a cultura dos povos indígenas que habitam o território reconhecido como Estado brasileiro e b) repensar o modo de vida globalizado, em

que a exploração predatória da natureza e das pessoas tem nos encaminhado a problemas ecológicos que ameaçam a vida.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade atual ameríndia nasce com a invasão do seu território nas Grandes Navegações e, ao longo da história desse território que nós, em guerra, dividimos, muitos direitos dos povos originários foram atacados. Atualmente, temos um ministério indígena, pensadores indígenas renomados internacionalmente, assim como inúmeros artistas que lutam em prol da resistência indígena.

A necessidade do presente artigo se funda nesse ponto: é preciso que o leitor conheça o contexto e a história dos povos indígenas do Brasil, para que alcance a mensagem que o movimento indígena deseja passar a respeito dos perigos da vida de consume e da hiper-exploração (de si e da natureza). Essas questões planetárias se unem à resistência que eles exercem, há muito tempo para sobreviver ao mundo ocidental e reafirmar sua cultura e existência.

O apagamento conceitual decorrente dos estereótipos acarreta prejuízos graves, práticos, como a subtração de direitos e terras. Ao observar, por exemplo, que até hoje a demarcação das terras indígenas não foi plenamente realizada, pode ser incrível pensar que o direito do indígena à terra está juridicamente expresso. Chama-se de 'indigenato' o reconhecimento de que, por estarem aqui antes da colonização, e por terem toda a sua vida e história ligados intimamente à terra, os índios têm direito a ela. A esse respeito, Manuela Carneiro diz o seguinte:

O princípio dos direitos indígenas às suas terras, embora sistematicamente desrespeitado, está na lei desde pelo menos a Carta Regia de 30 de julho 1609. O Alvará de 1º de abril de 1680 afirma que os índios são "primários e naturais senhores" de suas terras, e que nenhum outro título, nem sequer a concessão de sesmarias, poderá valer nas terras indígenas. (CUNHA, 1994, p. 127).

Se esta noção acompanha o ordenamento jurídico brasileiro do seu embrião até hoje, como houve e há tantos avanços sobre as terras indígenas? Não se trata apenas de ineficiência na aplicação das leis. A invisibilização desses povos pelo que se chama de integração – que é a ideia de que o indígena deva ser incluído

no projeto predatório de desenvolvimento capitalista do país – sabota a identidade indígena, empurrando-o à dita



civilização, integrando-o como cidadão de terceira classe, ainda que seja isto propagandeado como uma forma de melhorar a vida dos indígenas e desenvolver a nação. Krenak afirma que:

Não se trata de circunstância, não é nada temporário, é uma guerra de cinco séculos de ocupação, de redução, que tem como objetivo claro a nossa integração como sujeitos plenamente capazes, no sentido de interagir e corresponder às exigências de um Estado moderno que quer transformar todo mundo em peão. Não querem transformar somente os índios em peão; este Estado moderno quer transformar qualquer ser humano em material a ser colocado à disposição para o trabalho. Não estamos disponíveis. (KRENAK, 2018, p. 29)

13

Tais estruturas do cenário opressivo da exploração do indivíduo são questionadas pela literatura indígena, pois – para além de um ato político que desfaz estereótipos e narrativas dominantes, buscando transformações políticas e sociais no âmbito indígena – essa literatura também carrega o objetivo didático de mostrar uma nova forma de viver. Essas obras, direta e indiretamente, previnem o leitor sobre o estilo moderno de vida – a desigualdade, o consumismo, a predação da natureza, a competitividade, o adoecimento da mente humana –, exibindo valores distintos e, também, alertam sobre as consequências dessas dinâmicas nocivas, que recairão sobre a vida na Terra – é a queda do céu sobre as cabeças de todos. Assim, esses autores tentam nos mostrar outras perspectivas que podem, na contramão do que é chamado de progresso, talvez, adiar o fim do mundo.

As perspectivas indígenas se contrapõem à mentalidade moderna não apenas em termos das mensagens que são oferecidas ao leitor, mas também porque inauguram uma forma de escrita pouco usual até o momento: são narrativas autobiográficas, mas que comunicam um pensamento filosófico e coletivo. Conhecer tanto as críticas à modernidade, bem como os princípios que regem esses povos povos, tais como a coletividade e o respeito à natureza, prepara o leitor para as obras da literatura indígena e permite alcançar um significado mais profundo dos textos. Nesse sentido, é essencial ao entendimento mais completo da literatura indígena compreender o contexto político indígena. Desse modo, esta pesquisa tem o objetivo de identificar e reunir ideias-norte ou chaves de leitura para a compreensão das obras literárias de autoria indígena, de forma a construir uma base de conhecimentos dos contextos social e histórico da realidade dos povos originários a fim de ampliar a interpretação desta literatura.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ANGATU, C. Carama suí ïe'emonguetás ïe'engaras: Carubas Moemas ïe'engas- (Re)Existências Indigenamente Decoloniais. In: DORRICO, J.; DANNER, F.; DANNER, L. F. (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2020. p. 61-72.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J.; PORTELLI, A. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

CUNHA, M. C. da. *O futuro da questão indígena*. Estudos Avançados, [S. l.], v. 8, n. 20, p. 121-136, 1994. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9651>>. Acesso em: 7 março de 2023.

DANNER, L. F.; DORRICO, J. Um xamã yanomami frente ao discurso filosófico-sociológico da modernidade. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. p. 243-269, 2018. Disponível no link: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/MPKSyXGfqbjLFSdX6L5HNLm/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 maio 2023.

DORRICO, J. [et. al.] (orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. Disponível em: <http://atempa.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Literatura-ind%C3%ADgena-contempor%C3%A2nea-Livro-.pdf>. Acesso em 10 mar 2021.

DORRICO, J.; DANNER, F.; DANNER, L. F. (Orgs.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

JECUPÉ, K. W. *Oré Até roiru'a ma* - todas as vezes que dissemos adeus. São Paulo: Fundação Phytoervas, 2002.

KILOMBA, G. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

KRENAK, A. Retomar a história, atualizar a memória, continuar a luta. In: In: DORRICO, Julie [et. al.] (Orgs.). *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2018. p. 27-36.

OLIVEIRA, L. H. S. de. "Escrevivência" em Becos da memória, de Conceição Evaristo. In: *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 621-623, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2009000200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000200019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 mar 2021

Enviado em: 27 de outubro 2023

Aprovado em: 19 de junho de 2024